



V CONVENÇÃO ANDAEP-CONFAP-FNE (Declaração conjunta)

GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E COM EQUIDADE

Reconhecendo que deve ser assegurado o acesso gratuito e equitativo a uma educação de qualidade para todos; que uma educação de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos é um direito humano básico, um bem público definido em torno de aprendizagens efetivas, afetivas e significantes, desenvolvidas em termos do crescimento integral da criança/jovem como pessoa humana integrada numa sociedade democrática e capaz para o exercício da cidadania;

Reconhecendo que a educação deve estar centrada no aluno, nas suas competências e expectativas; em todas as suas dimensões pessoais e comunitárias, considerado como pessoa inscrita em contextos sociais próprios;

Reconhecendo que só com a valorização de todos os recursos educativos, pessoas e bens, é possível obter-se um processo de ensino-aprendizagem de sucesso, significativo e significativo;

Reconhecendo a importância da missão e das funções desempenhadas pelos docentes e pelos profissionais não docentes, com respeito pelos seus percursos académicos, competências, condições de trabalho, formação inicial e formação contínua adaptadas aos desafios do presente, a recursos pedagógicos de ensino e aprendizagem apropriados e a ambientes de trabalho saudáveis e seguros;

Considerando a necessidade de melhorar e adaptar práticas pedagógicas, para que estas se apresentem mais motivadoras para as crianças e jovens do Século XXI;

Reconhecendo as alterações que a sociedade em que vivemos nos apresenta, com cada vez mais famílias desestruturadas e Pais/EE com menos tempo disponível para os seus filhos/educandos, por força dos horários laborais cada vez mais exigentes;

Considerando a relevância da participação das famílias no processo educativo dos seus filhos e o contributo imprescindível para uma resposta de qualidade do serviço de educação pública, com uma prática de reconhecimento pelo esforço do trabalho voluntário dos Pais/EE no Movimento Associativo Parental, particularmente dos dirigentes nas Associações Parentais das Escolas, Federações e CONFAP;

Reconhecendo a urgência de se concretizar um Plano de Formação Parental efetivo;

Reconhecendo a importância e a necessidade de um maior e mais eficaz acompanhamento às crianças com NEE;

Reconhecendo a necessidade de se promover um trabalho conjunto entre professores e Pais/EE no acompanhamento de cada criança e/ou jovem.

A ANDAEP, a CONFAP e a FNE, no quadro da V Convenção realizada no Porto no dia 27 de maio de 2017, manifestam a exigência de:

- políticas educativas estáveis, duradouras, coerentes, consistentes e promotoras de uma educação de qualidade onde as práticas de ensino se adequem a critérios de necessidade e de relevância efetiva das aprendizagens, impulsionadoras do conhecimento e aquisição adaptativa de competências para o desenvolvimento integrado e integral da criança e que promovam o respeito mútuo; a tolerância; a cidadania e que combatam e previnam todas as formas de indisciplina e violência em contexto escolar, assim como a discriminação baseada no género, na raça, nas características pessoais, como as deficiências, a origem étnica ou a orientação sexual;
- acesso universal e gratuito de todos os cidadãos a uma educação assente em profissionais qualificados; em ferramentas e recursos de ensino modernos; em ambientes positivos, confortáveis, seguros e equitativos para o ensino e a aprendizagem que incentivem, alimentem e promovam o desenvolvimento físico, emocional e intelectual dos alunos com saúde física e estabilidade mental;
- alteração com carácter de urgência do modelo de acesso ao ensino superior, de modo a permitir às escolas o desenvolvimento de um trabalho de qualidade centrado no conhecimento e no desenvolvimento da pessoa;
- eliminação de todas as formas de precariedade na Educação, particularmente com a disponibilidade de meios e com a estabilidade, quantitativa e qualitativa, dos profissionais docentes e não docentes;
- valorização e dignificação de todos os trabalhadores da Educação, docentes e não docentes;
- estabelecimento das carreiras especiais para os Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais que trabalham na Educação;
- envolvimento, participação e reconhecimento dos contributos de todos os agentes da comunidade educativa, nomeadamente professores e Pais/EE, nas reformas ou ajustamentos de políticas educativas, as quais, para serem significativas e de sucesso, devem valorizar e assentar no diálogo construtivo das partes;
- implementação de um programa nacional de Capacitação Parental, devidamente apoiado pelo ME em parceria com a CONFAP;
- revisão da formação inicial e contínua dos professores, de modo que desenvolvam competências adequadas às novas realidades sociais do País e estejam ainda mais aptos ao diálogo e trabalho colaborativo com os seus alunos e com as famílias;
- integração de técnicos especializados no quadros das escolas, e preparação de todos os profissionais intervenientes no processo educativo, para que as crianças e os jovens que deles necessitem possam ter o devido acompanhamento e se possa atuar na prevenção de diversas situações de risco;
- reconhecimento da importância do papel do Movimento Associativo Parental na Educação em Portugal, através da elaboração do Estatuto do Dirigente Associativo Parental que permita as adequadas e justas condições de participação e cooperação aos mais diversos níveis de intervenção, nomeadamente pelas exigências de tempo e de conhecimento que a agenda parental (em particular a agenda da CONFAP) coloca atualmente nas Escolas e outros parceiros de intervenção socioeducativa.

27 de maio de 2017